

DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL À PRÁTICA PEDAGÓGICA: A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO BRASIL

Flávia Lavina de Lima Paiva¹; Karla Raphaella Costa Pereira², Livia Maria Pontes Moura³

Graduanda em Letras Libras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA),
Caraúbas, Rio Grande do Norte, Brasil, flavia.paiva@alunos.ufersa.edu.br

Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas,
Rio Grande do Norte, Brasil, karla.costa@ufersa.edu.br

Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido
(UFERSA), Caraúbas, Rio Grande do Norte, Brasil, livia.moura@alunos.ufersa.edu.br

Introdução

No Brasil, construiu-se a falsa ideia de uma miscigenação que resultou em uma sociedade sem conflitos raciais, uma harmonia racial. O mito da democracia racial, difundido por intelectuais e pelo próprio Estado, serviu para mascarar e perpetuar profundas desigualdades e violências contra a população negra. Este trabalho busca, por um lado, desvelar as raízes e as, ainda presentes, consequências desse mito, a partir da análise da obra *Sociologia do negro brasileiro*, de Clóvis Moura, e, por outro, apresentar uma resposta pedagógica baseada em *Como ser um educador antirracista*, de Bárbara Carine Pinheiro. A conjunção desses olhares mostra que a luta contra o racismo não é apenas teórica, mas exige uma ação consciente e cotidiana nas escolas.

Este texto visa resumir as análises de Clóvis Moura, que desmascara o caráter ilusório da democracia racial, e de Bárbara Pinheiro, que propõe uma abordagem pedagógica antirracista focada na valorização das culturas africana e negro-brasileira. Trata-se de uma pesquisa teórico bibliográfica, focada em dois conceitos principais, conforme indicado: a democracia racial e a educação antirracista. Esses conceitos foram articulados na disciplina de Fundamentos socio-filosóficos da educação do curso de Letras Português, do Campus Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

A educação antirracista, além de passar por uma mudança de paradigma prático, necessidade de um aprofundamento teórico e histórico para que docentes e, consequentemente, discentes compreendam o racismo como um instrumento capitalista para a exploração dos trabalhadores, recaindo as maiores e piores consequências da exploração para as pessoas negras. Ao mesmo tempo, foram essas pessoas que sustentaram – e sustentam – a economia do país, embora a elas sejam negados o reconhecimento e a parte devida na redistribuição da riqueza (Fraser, 2020).

Metodologia

Como dito na introdução deste texto, o presente resumo expandido se originou a partir de uma atividade didática e reflexiva conduzida em sala de aula da disciplina de Fundamentos socio-filosóficos da educação, em curso de Letras Português. A dinâmica foi proposta após o

estudo do texto de Moura (1988) e ocorreu em dois momentos distintos: inicialmente, os estudantes eram convidados a expor seus conhecimentos e concepções prévias sobre o que significa ser um educador antirracista; posteriormente, após a leitura e o estudo do texto de Pinheiro (2023), a turma era incentivada a argumentar se houve uma mudança significativa em suas concepções iniciais ou se as referências serviram apenas como uma complementação do que já sabiam sobre a temática até o presente momento da aula.

Essa abordagem metodológica permitiu confrontar o saber empírico dos futuros educadores com as bases teóricas do antirracismo na educação, e o registro e a análise acadêmica desse processo reflexivo e dialógico culminaram na elaboração deste trabalho, cujo resumo expandido sintetiza a análise da transformação ou da complementação do conhecimento dos alunos sobre o tema.

A atividade descrita acima, fundamentada nos autores citados, articulou as proposições dos autores para construir uma visão de mundo sobre o racismo, mas também para apontar uma prática educativa antirracista. O estudo teórico para mediar a atividade suscitou a necessidade da escrita de um texto sintético que ajudasse a organizar a proposição, o que viria a constituir-se como este resumo expandido.

Resultado e discussões

Clóvis Moura, em sua obra *Sociologia do Negro Brasileiro*, critica o mito da democracia racial, argumentando que a miscigenação no Brasil não foi um processo harmônico, mas sim uma ferramenta de dominação. Moura (1988) mostra que a mistura racial ocorreu em um contexto de extrema desigualdade e que a violência sobre as mulheres negras escravizadas era uma estratégia de embranquecimento. A miscigenação, portanto, não uniu, mas reforçou hierarquias, criando uma falsa sensação de harmonia que teve um efeito devastador, a invisibilidade e o aprofundamento da desigualdade social e econômica dos negros brasileiros.

O mito da democracia racial serviu para disfarçar o racismo estrutural, dificultando a organização e a luta do povo negro. Moura (1988) aprofunda essa crítica ao revelar como a estrutura de poder no Brasil estabeleceu uma dicotomia étnica que fundamenta a hierarquia social, impondo um aparelho ideológico que determina o valor social a partir da proximidade com o padrão branco-europeu, em oposição a um tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Esse aparelho ideológico, ao definir o ideal de valor na branquitude e desvalorizar a negritude, impactou diretamente a vivência social dos indivíduos negros, expondo-os às constantes tensões e à marginalização, e corroendo sua autoestima ao internalizar a visão de um valor social diminuído. Além disso, a imposição desse padrão contribuiu para a perda da cultura do povo negro, que viu suas manifestações, tradições e valores serem sistematicamente desconsiderados ou reprimidos em favor do modelo dominante.

[...] usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma dolorosa e enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador [...] (Moura, 1988, p. 64).

A força desse modelo de dominação é tão profunda que se interioriza na própria população não-branca, levando a uma fuga da identidade étnica. Moura apresenta dados demográficos para ilustrar como a ideologia do branqueamento foi introduzida, gerando um

fenômeno de autonegação nas populações negras. Em um recenseamento feito pelo IBGE em 1980, por exemplo, a alta variedade da autodeclaração racial pelos não-brancos demonstra o esforço em se distanciar da identidade negra. Nesse censo, encontramos as seguintes autodeclarações: acastanhada, agalegada, alva, alva-escura, alva-rosada, amarelada, amarela-queimada, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baiano, meio morena, meio preta, melada, mestiça, mista, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, morena castanha, morena clara, morena cor de canela, morenada, morena escura, morena fechada, morenã, morena prata, dentre outros. Isso significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominante introduz seus valores em vastas camadas de não-brancos.

Essa ideologia, difundida entre vastas camadas da população e profundamente enraizada, perdura até os tempos atuais, nos quais ainda se observa certa dificuldade no reconhecimento das pessoas sobre suas identidades raciais. Tal fenômeno ocorreu, em grande parte, devido à miscigenação que, longe de ser um processo natural, foi incentivada e idealizada pelo projeto de nação como um mecanismo ideológico de branqueamento. Esse projeto buscava a diluição e a extinção biológica e cultural do negro, mas acabou produzindo um complexo sistema de hierarquia racial e de negação identitária, que apenas dificultou e mascarou para o povo negro o processo de sua própria anulação. Ao invés de uma extinção física ou cultural completa, o que se impôs foi a negação da identidade e a valorização do distanciamento do fenótipo negro, resultando na complexa e fragmentada autodeclaração de cor observada no passado. Os efeitos alienadores desse processo ainda se manifestam na sociedade contemporânea, dificultando a coesão identitária e a luta antirracista.

Se Clóvis Moura defende que o racismo é uma estrutura socioeconômica, a educadora e escritora Bárbara Pinheiro (2023) apresenta caminhos para combatê-lo, focando no papel do educador como um potencial agente de mudança, oferecendo uma resposta ao problema e direcionando a ação para a sala de aula, para a autocrítica, especialmente do educador branco. Ela faz um convite direto e desafiador ao educador branco, para que ele possa reconhecer seu lugar na luta antirracista: “O papel da branquitude na luta antirracista é o papel de quem criou o racismo, então compreendo que as pessoas brancas críticas terão que construir por si sós esses caminhos [...]” (Pinheiro, 2023, p. 60).

Para Pinheiro (2023), a luta antirracista não é responsabilidade exclusiva de quem sofre o racismo, a pessoa branca deve se perceber como parte do problema e, conseqüentemente, buscar solução. Não apenas aguardar que pessoas negras as eduquem para realizarem seu papel na luta antirracista. A autora enfatiza, ainda, que o papel do branco não é o de salvar ou ensinar o negro, mas de desconstruir seu próprio racismo e o sistema que o sustenta e perpetua há tempos. Esse processo de autocrítica das pessoas brancas é fundamental para que o educador branco se torne um aliado, ao invés de um mero observador ou, pior, um perpetuador inconsciente de preconceitos.

A autocrítica que Bárbara Pinheiro (2023) propõe não é um exercício de culpa, mas sim um passo inicial para a responsabilidade e a ação efetiva. Isso implica revisitar a própria trajetória, as referências culturais e os vieses inconscientes que, muitas vezes, são reproduzidos na sala de aula por meio de piadas, exemplos, ou pela falta de apoio à vítima e pelo silêncio diante de situações de racismo. Para o educador, cabe o desafio de se tornar um aliado que abdica da postura de saber universal para se colocar em aprendizado contínuo, ouvindo e validando as experiências dos estudantes e colegas negros.

Essa transformação pessoal do educador precisa, inevitavelmente, refletir-se em sua prática pedagógica. Pinheiro (2023) argumenta que a escola, por ser uma das principais instituições de socialização, exerce um papel importante na manutenção da estrutura racista

ao valorizar seletivamente determinados saberes e narrativas. O educador, portanto, como agente de mudança, tem a missão de descolonizar o currículo. Segundo a autora, isso não significa apenas incluir datas comemorativas ou personalidades negras isoladas, mas, uma revisão profunda que passa pela literatura, história, ciência e arte, garantindo que as contribuições africanas e afro-brasileiras sejam apresentadas de forma contínua, profunda e digna, não apenas como apêndices, mas como pilares estruturais da sociedade e do conhecimento.

Ao fazer esse convite à autocrítica e à mudança de prática, Bárbara Pinheiro (2023) ressalta que o educador antirracista precisa ir além do conteúdo formal. Ele deve atuar como um mediador ativo das relações interpessoais e um promotor de um ambiente seguro e equitativo. Isso envolve intervir prontamente contra o *bullying* e o racismo explícito, criar espaços de fala e escuta nos quais as subjetividades e as dores raciais possam ser acolhidas e transformadas em força. Em última análise, a perspectiva de Pinheiro eleva o papel do educador de mero transmissor de conteúdo para o de mediador ativo de novas relações sociais, nas quais a equidade racial não é um ideal distante, mas um valor tangível construído diariamente no chão da escola.

Clóvis Moura e Bárbara Pinheiro oferecem uma rica estrutura para a luta antirracista na educação. O olhar crítico de Moura sobre a história que desmascara o mito da democracia racial como não apenas uma ferramenta de invisibilidade negra, mas também de opressão e exploração capitalistas, serve como base teórica para uma ação. Os educadores, ao compreenderem que a miscigenação foi um processo de dominação e falsa harmonia, adquire a consciência precisa e necessária para atuar de forma eficaz. A sala de aula se torna, então, o campo de batalha para desmistificação onde as propostas de Pinheiro podem ser colocadas em prática. Através de uma revisão de materiais didáticos e da valorização de autores e histórias negras, o professor desmantela a falsa narrativa de harmonia e constrói um novo olhar, baseado na equidade e no respeito. Assim, a teoria de Moura ilumina o problema, enquanto a prática de Pinheiro capacita o educador a transformar a sala de aula em um espaço de resistência e de construção de um futuro antirracista.

Conclusões

O objetivo deste resumo expandido foi apresentar uma síntese teórica das discussões de Clóvis Moura sobre a falsidade ideológica da democracia racial e de Bárbara Pinheiro sobre a construção de uma prática antirracista centrada na valorização das culturas africana e negro-brasileira. As reflexões aqui apresentadas foram produzidas a partir de experiências da monitoria acadêmica no curso de Letras Português da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

O primeiro e crucial passo que une as perspectivas de Moura e Pinheiro é a conscientização profunda por parte do educador. A crítica de Moura à democracia racial não pode ser assimilada como mera informação histórica, mas como um motor para a ação pedagógica. Ao entender que a invisibilidade do negro na história oficial e no currículo é uma estratégia de manutenção do poder, o educador passa a enxergar a inclusão de narrativas negras não como um favor, mas como um imperativo ético e político. Essa consciência liberta o professor da ingenuidade e o equipa para identificar e confrontar as micro agressões e os vieses racistas que se manifestam sutilmente nos materiais didáticos, nas interações e até mesmo nas estruturas administrativas da escola.

Finalmente, a síntese entre Moura e Pinheiro exige que a transformação na sala de aula vá além da superfície, culminando na desconstrução efetiva do currículo eurocêntrico. Se o mito da democracia racial sobrevive pela invisibilidade, o combate a ele se dá pela centralidade das cosmovisões e saberes africanos e afro-brasileiros. O educador, como agente de mudança, deve assegurar que esses saberes não sejam apenas apresentados em guetos temáticos (como aulas específicas sobre escravidão), mas integrados de forma orgânica em todas as disciplinas da matemática à literatura. O objetivo final é substituir a falsa harmonia por uma pluralidade autêntica de vozes e histórias, capacitando os estudantes, especialmente os negros, a reconhecerem sua identidade, valor e agência na construção do conhecimento e da sociedade.

Palavras-chave: mito da democracia racial; educação antirracista; prática pedagógica; sociologia da educação.

Referências

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

FRPED



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de História e Pedagogia